

Quanta terra está legalmente disponível para a agricultura no RS?

O Decreto Federal nº 6.686/08, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, está causando grandes preocupações aos proprietários rurais do RS e do Brasil, especialmente devido à data limite para sua execução, que é 11.06.2011. Segundo o Decreto, o possuidor de área rural deverá averbar, na matrícula do imóvel, 20% da área para conservação da natureza, conforme art.16 do Código Florestal Brasileiro de 1965. Entretanto a aplicação dessa regra tem gerado controvérsias junto aos proprietários, que têm dúvidas se o percentual de 20% incide sobre o total da área de posse ou sobre a área a ser autorizada a cortar.

Os dados sobre utilização das terras, no RS, dos Censos Agropecuários de 1950, 1970 e 2006 evidenciam uma grande

diferença entre aquele percentual de preservação e as coberturas das matas e florestas, que representavam 9,5%, 8,0% e 13,0% nesses respectivos anos. Esses dados alimentam as discussões e a proposta de alterações dos parâmetros da lei, pois o que está em jogo é a área disponível para a agricultura. Dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (tabela abaixo) mostram que o percentual das áreas definidas pela legislação aplicada para o caso do RS é de 63,4%, correspondente a 176.301km² de área. Isso mostra que essa exigência legal não compromete, em tese, a atividade agrícola.

Terra legalmente disponível para a agricultura, considerando a legislação ambiental existente no RS — 2006

Área (km ²)	UCE/UCF/TI		C1		RL (%)	Área RL		C2		APP		C3	
	km ²	%	km ²	%		km ²	%	km ²	%	km ²	%	km ²	%
277 952	8 468	3,05	269 483	96,95	20	53 897	19,39	215 587	77,56	39 286	14,13	176 301	63,43

FONTE: Embrapa.

NOTA: UCE = Unidades de Conservação Estadual; UCF = Unidades de Conservação Federal; TI = Terras indígenas; RL = Áreas destinadas à averbação da Reserva Legal; APPs = Áreas de Preservação Permanente; C1,C2 e C3 = Áreas disponíveis, sendo C3 = C2 – APP.

Antônio Carlos Bueno e Souza (FEE/CEES)

Construção civil dinamiza a indústria de materiais

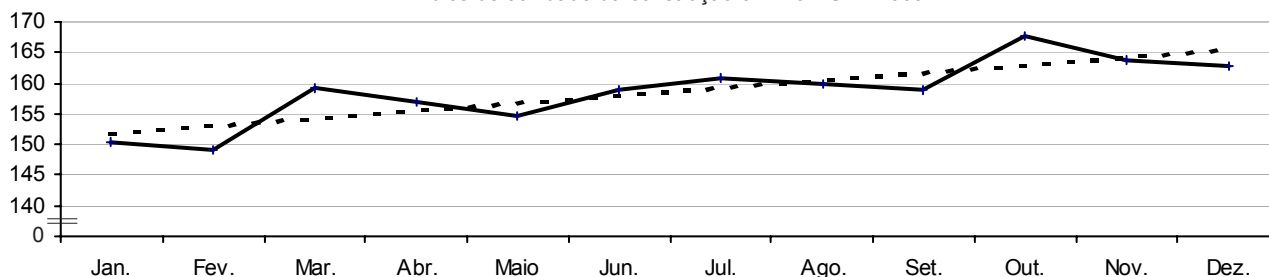
O ritmo de atividade da construção no RS dá mostras de uma retomada sustentada em 2009, acompanhando o que ocorre em vários estados brasileiros. Esse comportamento provoca efeitos em cadeia sobre outros setores industriais, como o de material de construção, em que o faturamento das empresas, em janeiro de 2010, foi 13,8% maior do que o do mesmo mês de 2009, sendo que, em fevereiro, foi 19% superior (Abramat). A retomada da construção civil provocou ainda um realinhamento na produção de materiais, não apenas visando à expansão da oferta. Houve também uma adaptação no que se refere ao *mix* de produtos ofertados, para responder à crescente procura por materiais da chamada “linha eco-

nômica”, que se vem expandindo em razão da construção de habitações para as classes de menor poder aquisitivo, recentemente presentes no mercado imobiliário.

As reduções e as isenções do IPI para produtos da cesta básica de materiais de construção, implementadas pelo Governo Federal a partir do início de 2006, contribuem para a diminuição dos custos de produção. Tais medidas de desoneração fiscal serão mantidas até 31.12.2010.

Todavia o setor construtivo nessa fase de intensa expansão resente-se da escassez de mão de obra qualificada, um problema cuja solução depende de uma melhoria na formação profissional.

Índice de atividade da construção civil no RS — 2009



FONTE: Sinduscon-RS.

NOTA: Os dados têm como base março 1991 = 100.

Áurea Breitbach (FEE/CEES)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-mar./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,2	1,4	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-2,0	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,8	2,6	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,5	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,7	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	110,0	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,5	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,8	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	113,9	0,1	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	72,9	14,8	111,2	-2,4	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	70,3	11,4	110,1	-1,0	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	66,9	9,3	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,9	8,5	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,8	9,6	113,4	1,1	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,5	6,7	110,5	-2,6	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	61,7	-2,7	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,6	-15,6	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	60,2	-14,1	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,2	-	6,8	4,3	8,75	61,5	-17,3	144,9	18,1	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	62,7	-14,2	117,3	-19,0	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	63,4	-12,8	116,2	-0,9	161 879
Mar./10	-	-	-	5,2	8,75	-	-	-	-	-

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-mar./10

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Mar./08	-4,47	41,2	123,05	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,62	2,56	-1,94	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,94	2,54	-1,60	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,54	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-0,97	2,56	-1,59	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,52	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,17	2,01	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,51	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,18	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,4	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,7	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,64	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,32	2,76	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,41	2,88	-1,47	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,6	-1,28	2,83	-1,55	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,71	-1,46	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,1	-1,22	2,51	-1,28	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,88	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,3	-1,18	2,16	-0,98	221 629	281 842
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,28	1,97	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,4	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-6,0	84,2	-22,7	-26,3	-1,54	1,65	-0,10	238 520	277 565
Jan./10	-2,31	41,6	113,77	-5,0	-2,2	82,1	-20,5	-24,7	-1,55	1,52	-0,03	240 484	279 083
Fev./10	-2,21	42,1	112,49	-2,6	-0,8	83,1	-17,8	-20,5	-1,66	1,52	-0,14	241 082	281 728
Mar./10	-	-	-	-	-	83,5	-15,4	-16,7	-1,79	1,50	-0,30	243 762	286 057

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 05

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — nov./07-mar./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	5,7	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,18	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,05	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,92	107,60	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,71	104,40	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	5,1	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	6,0	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	98,37	120,54	120,54	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-
Fev./10	-	93,86	111,51	115,96	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	-
Mar./10	-	-	-	-	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — nov./07-mar./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 185	1 192	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 213	1 215	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 176	1 173	467 639	1 914 097	1 151 275
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 147	1 143	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 130	1 143	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 160	1 172	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 192	1 212	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 215	1 230	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 218	1 237	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 228	1 234	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 233	1 237	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 234	1 233	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 227	1 233	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 209	1 205	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 220	1 203	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 242	1 227	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 250	1 249	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 232	1 246	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 212	1 224	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 236	1 225	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 250	1 243	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 259	1 237	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 245	1 242	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 273	1 261	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 248	1 243	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 261	1 265	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 234	1 230	-	-	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 267	1 252	-	-	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	-	-	-	-	1 013 270

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de fev./10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Previsão otimista para a safra de grãos no RS

As estimativas para a safra de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo), no RS, em 2010, mostram que será uma das melhores dos últimos anos, caso não haja alteração significativa nas condições climáticas. O último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE) disponível (março de 2010) prevê uma produção total de grãos de 23.844.628 toneladas, volume 8,4% superior ao da safra do ano anterior.

Esse crescimento ocorre, fundamentalmente, pelo desempenho das culturas de soja e milho, ambas com aumento no volume produzido em torno de 24%. Como são culturas de verão e suas colheitas se encontram em fase adiantada (bem mais da metade colhida), dificilmente problemas climáticos poderão alterar essa previsão. Deve-se salientar que a produção dessas culturas representa mais da metade da safra de grãos e se dá com um acréscimo expressivo de produtividade em ambas: 39,57% no milho e 19,07% na soja.

Em sentido inverso, encontram-se as culturas de arroz e feijão, a primeira com queda de produção de 13,36% e a segunda com 8,0%. As chuvas do início do ano são a principal justificativa para o fraco desempenho notadamente do arroz, cuja produtividade tem variação negativa em relação à safra passada: -7,98%.

O trigo, por não ser cultura de verão, tem ainda previsão semelhante à do ano anterior.

Considerando que essas cinco culturas representam em torno de dois terços do valor de produção da agricultura gaúcha, estima-se ótima perspectiva para o setor no corrente ano. Como o desempenho da economia gaúcha tem alta correlação positiva com o da sua agricultura, dado o poder de encadeamento com as demais atividades, isso irá repercutir positivamente em toda a economia do Estado.

Produção e rendimento médio da safra de grãos do Rio Grande do Sul — 2009/10

CULTURAS	2009		2010 (1)		PRODUÇÃO 2010/2009 (%)	RENDIMENTO MÉDIO 2010/2009 (%)
	Produção (t)	Rendimento Médio (t/ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (t/ha)		
Arroz em casca	7 912 676	7 136	6 855 460	6 566	-13,36	-7,98
Feijão em grão	125 300	2 121	115 281	2 264	-8,00	6,74
Milho em grão	4 249 000	3 215	5 282 100	4 487	24,31	39,57
Soja em grão	7 913 000	2 071	9 781 500	2 466	23,61	19,07
Trigo em grão	1 805 600	2 110	1 810 287	1 866	0,26	-11,59
TOTAL	22 005 576	-	23 844 628	-	8,36	-

FONTE: LSPA-IBGE.

(1) Estimativas com dados até março de 2010.

Sérgio Fischer (FEE/CIE)

Envelhecimento do trabalhador demanda políticas públicas

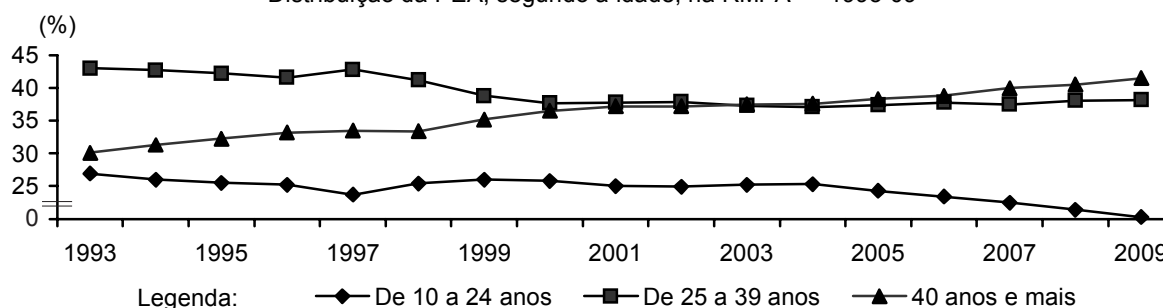
O processo de envelhecimento da população na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) vem se acelerando, nos últimos anos, em consequência da dinâmica demográfica, a qual afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA), aumentando a proporção de pessoas adultas com 40 anos ou mais. Tal segmento, em período recente, passou a representar a parcela mais importante do conjunto de trabalhadores, interpondo novos desafios às políticas públicas e sociais.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA) mostram que, em 2009, os adultos com 40 anos ou mais compunham 41,5% da PEA, estando 11,4 pontos percentuais acima da parcela registrada em 1993. Considerando-se a estimativa da população nessa faixa etária, tal evo-

lução representa um incremento de 94,7% (407 mil pessoas), totalizando 837 mil indivíduos em 2009. Já os contingentes mais jovens, os de 25 a 39 anos e os de 10 a 24 anos, apresentaram quedas de 4,8 e 6,6 pontos percentuais, respectivamente, no mesmo período.

Nesse contexto, a capacitação da força de trabalho torna-se um requisito essencial na conquista do equilíbrio social, econômico e intergeracional. A (re)qualificação profissional e a valorização do indivíduo no sentido mais amplo, através de uma educação permanente e continuada, devem constituir prioridade das políticas voltadas à força de trabalho madura, com o objetivo de uma maior absorção dessa mão de obra e de obter melhores possibilidades e condições de trabalho, como o direito à integração laboral e social.

Distribuição da PEA, segundo a idade, na RMPA — 1993-09



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Norma Herminia Kreling (FEE/CPED)

Proteção e exportação de calçados gaúchos

Diante da constatação de *dumping* nas vendas chinesas de calçados para o Brasil, em setembro de 2009, o Governo autorizou a cobrança de uma taxa “antidumping” provisória de US\$ 12,47, por um período de seis meses, para cada par de calçado importado da China. No final do período, a medida foi renovada por cinco anos, e a taxa, aumentada para US\$ 13,85 por par. A imposição de direitos “antidumping” atende às reclamações do setor calçadista, que enfrenta a concorrência chinesa nos mercados interno e externo, e, desse modo, favorece a preservação do mercado nacional e dos empregos. Corroborando essa expectativa, várias empresas do setor manifestaram que a medida já teve reflexos no aumento da demanda interna.

A recuperação do mercado externo, no entanto, apresenta obstáculos de outra natureza, pois não é tão simples brechar o avanço chinês nos mercados tradicionalmente atendidos pelo Brasil. Dada a crise internacional que estourou em setembro de 2008 e que atingiu fortemente os países desenvolvidos, onde se encontram os principais compradores de calçados gaúchos, a concorrência tornou-se mais acirrada, e a vantagem em preço favorece os produtos chineses naqueles mercados. Além disso, a taxa de câmbio brasileira, sobrevalorizada, afeta profundamente a exportação de produtos intensivos em trabalho, como é o caso dos calçados. Assim, observou-se um recuo de 6% nas exportações gaúchas de calçados — Capítulo 64 da Nomenclatura Comum do Mercosul, **calçados, polai-**

nas e artefatos semelhantes e suas partes —, em 2008, em relação a 2007, e de 29,9% de 2008 para 2009. Neste último ano, o valor do Capítulo atingiu US\$ 846 milhões, enquanto, no ano anterior, foi de US\$ 1,2 bilhão. As exportações de calçados de couro natural, que, em 2008, representaram 78% do total do Capítulo, em 2009 sofreram uma queda ainda superior, de 31,6%. Os principais compradores de todos os tipos de calçados e suas partes, nos três primeiros meses de 2010, foram a União Europeia (53%), os Estados Unidos (19%) e a Argentina (7%).

Algumas tendências mais estruturais estão surgindo na comercialização do Capítulo 64. Em primeiro lugar, há vários anos, verifica-se a elevação do preço médio, em dólares, do calçado de couro natural, que compensa, parcialmente, a queda no número de pares embarcados. Isso pode ser atribuído não só à própria valorização do real, mas, também, aos esforços para agregar valor ao produto. Assim, por exemplo, o preço médio do par exportado pelo RS, que era de US\$ 21,62 no primeiro trimestre de 2009, passou para US\$ 24,25 em igual período de 2010. Outra tendência é o crescimento acelerado das exportações de partes de calçados, que, no período 2001-08, se elevaram 18,1% ao ano, enquanto a taxa de crescimento mundial anual, para esse produto, no mesmo período, foi de apenas 4,0%. Já entre janeiro e março de 2009 e em igual trimestre de 2010, as vendas desse item pelo RS aumentaram 71,9%, passando a representar 10,3% do total do capítulo.

Exportações de calçados pelo RS — jan.-mar./09 e jan.-mar./10

CÓDIGOS NCM E PRODUTOS	VALORES (US\$)			PRINCIPAIS MERCADOS	
	Jan.-Mar./10	Jan.-Mar./09	Δ%	Jan.-Mar./10	Jan.-Mar./09
6401 Calçados impermeáveis	68 891	73 780	-6,63	UE (54%), Taiwan (20%), Austrália (8%)	UE (47%), Filipinas (23%), Coveite (15%)
6402 Calçados de borracha ou plástico	18 693 854	17 558 676	6,47	Argentina (22%), UE (19%), EUA (16%)	EUA (19%), UE (18%), Argentina (13%)
6403 Calçados de couro natural ou reconstituídos	184 177 114	182 604 352	0,86	UE (58%), EUA (22%), Rússia (4%)	UE (54%), EUA (28%), Rússia (3%)
6404 Calçados de matérias têxteis	12 699 358	10 940 640	16,08	Argentina (32%), UE (32%), EUA (13%)	UE (30%), EUA (23%), Argentina (19%)
6405 Outros calçados	1 321 791	1 051 088	25,75	EUA (39%), UE (19%), Paraguai (17%)	EUA (43%), Cuba (22%), UE (19%)
6406 Partes de calçados	24 876 043	14 472 009	71,89	UE (58%), Argentina (26%), Equador (3%)	UE (63%), Argentina (21%), África do Sul (2%)
TOTAL	241 837 051	226 700 545	6,68	UE (53%), EUA (19%), Argentina (7%)	UE (51%), EUA (25%), Argentina (4%)

FONTE: MDIC/Secex.

Beky Moron de Macadar (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.04.10).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flór Reinaldo e Sidônia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.